PNPB e inclusão social

Projetos com palma no norte do Brasil

Aldara da Silva César[1]
Marcelo Carmello Thimoteo[2]
Mário Otávio Batalha[3]

PASSADOS CINCO anos desde a implantação do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), o Brasil já está entre os principais produtores mundiais de biodiesel. O programa federal estabeleceu a obrigatoriedade da adição do biodiesel ao diesel de petróleo (atualmente, em 5%) e um conjunto de políticas de incentivo à diversificação da matriz energética. O País produz 2,5 milhões de litros/ano e possui capacidade para atender o dobro dessa demanda obrigatória. Sob o ponto de vista produtivo, o Programa pode ser considerado um sucesso. No entanto, apesar do crescimento rápido do setor, a matriz de biodiesel não alcançou a diversificação de matérias-primas almejada pelo Programa e as usinas operam, em grande parte, com o óleo de soja. Para agravar o cenário, sob a ótica social, a inclusão de agricultores familiares também demonstra fragilidades.

O PNPB visa inserir, de forma sustentável, a agricultura familiar neste setor. Aliás, pode-se até dizer que a promoção de biodiesel foi inicialmente concebida como uma estratégia de desenvolvimento regional cuja prioridade era a inclusão social.

Potencial para produção de biodiesel de palma

Dessa forma, matérias-primas locais foram apontadas como prioridades, dada a necessidade de inclusão desses pequenos agricultures como fornecedores dessa cadeia produtiva. Entre elas, a palma (também conhecida como dendezeiro) foi tida como cultura ideal para a inclusão social no Norte do País. Esta região possui condições favoráveis para o desenvolvimento da cultura, tais como a precipitação elevada e de distribuição uniforme e níveis constantes de insolação. A cultura permite, ainda, a recuperação de terras desmatadas e degradadas na Amazônia – região assolada pela violência rural e sempre posta no centro das discussões ambientalistas.

O dendezeiro possibilita a inclusão social por conta da sua alta empregabilidade (um emprego direto é gerado a cada 10 hectares do cultivo), implicando ganhos como: geração de renda para o agricultor, melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores, fixação do homem no campo e ampliação do comércio local.

No entanto, os trabalhos com a cultura crescem de forma mais lenta, em decorrência dos altos investimentos necessários, uma vez que, na maioria dos casos, os plantios estão integrados ao processamento dos cachos. Adicionalmente, o tempo de maturação do investimento é alto, devido ao longo tempo entre a germinação de sementes e o início da primeira colheita. Há, ainda, limitações de ordem burocrática (como aquisições de sementes e problemas de propriedade fundiária) e de infraestrutura (como estradas e escolas), que dificultam o planejamento das empresas, pois estas acabam ficando responsáveis por "serviços" que deveriam ser disponibilizados pelo Estado.

Dessa forma, é patente que, no âmbito social, o governo brasileiro encontraria dificuldades em promover o desenvolvimento regional com essa cultura. E não foi diferente do que se esperava. Os técnicos agrícolas atuantes nos arranjos sociais enfrentam condições difíceis para viabilizar as visitas às famílias contratadas, em decorrência da infraestrutura precária no interior do Pará.

Como resultado de alguns dos problemas mencionados, dos 100.371 agricultores familiares participantes do PNPB em 2010, apenas 246 localizavam-se na região Norte (0,2%). Destes, 177 agricultores são contratados como fornecedores de palma nos projetos pilotos desenvolvidos com a Agropalma.

Políticas públicas que podem alavancar a produção de biodiesel de palma

Numa iniciativa inédita, um conjunto de ações para disciplinar a expansão do cultivo de dendê no território brasileiro foi lançado em 2010. O Programa de Produção Sustentável de Palma de Óleo consolida importantes instrumentos legais, que delimitam as áreas aptas ao cultivo, restringem a expansão da produção apenas às áreas antropizadas (isto é, mesmo em áreas desmatadas), proíbem terminantemente a derrubada de vegetação nativa para o plantio de palma de óleo e direcionam a expansão da atividade produtiva para recuperação de áreas degradadas. É provável que os reflexos dessa política apareçam nos próximos anos, mas o lançamento do programa já evidencia o interesse do Governo em tentar garantir a expansão da produção de palma conciliando proteção e recuperação do meio ambiente, investimento, inovação tecnológica e geração de renda na agricultura familiar. Esse programa refle-

A inclusão social via PNPB na Amazônia: o caso da Agropalma

Os arranjos sociais com palma merecem destaque. O modelo desenvolvido pela Agropalma* – em parceria com órgãos públicos – junto à agricultura familiar no Pará é tido como referência por representantes do setor e pode ajudar a inclusão social proposta pelo programa.

De forma geral, há consenso de que o dendê proporcionou um aumento significativo de renda para os agricultores familiares envolvidos. Antes do projeto, os agricultores viviam com uma renda mensal que variava de R$ 50,00 a R$ 100,00. O aumento da renda mensal dos agricultores familiares inseridos nos projetos com dendê alcançou R$1.500,00, o que imediatamente resultou em uma dinâmica na economia local, possibilitando às famílias oferecer melhor educação aos filhos, melhoria para as suas casas, aquisição de novas terras, investimento na diversificação das atividades da propriedade, aquisição de produtos destinados a lazer etc. No entanto, no caso do dendê, outra dificuldade verificada é o fato de o agricultor paraense – que convive tradicionalmente com atividades extrativistas (como colheita de açaí, pesca etc.) – ser inserido em uma atividade trabalhosa como a da palma. Esta cultura necessita de cuidados praticamente diários e exige uma disciplina rígida no trato das altas exigências de manejo do cultivo.

Apesar de poucas famílias estarem atualmente envolvidas nos arranjos sociais com dendê, é oportuno enfatizar que, com o lançamento do PNPB, várias empresas estão organizando-se para começar um trabalho com agricultores familiares na região Norte e iniciando um processo de mapeamento destes agricultores para a possibilidade de efetivação desses arranjos. Segundo representantes do MDA, cerca de 4.000 estabelecimentos de agricultores familiares já estão mapeados em cinco municípios do Pará (Mocajuba, Moju, Igarapé-Miri, Baião e Cametá) e um em Roraima (Caroebe). Dessa forma, há potencial para que o número de famílias seja ampliado para 1.000, em um curto prazo de tempo.

**empresa 100% nacional que produz e comercializa, no mercado nacional e internacional, óleo vegetal e derivados*

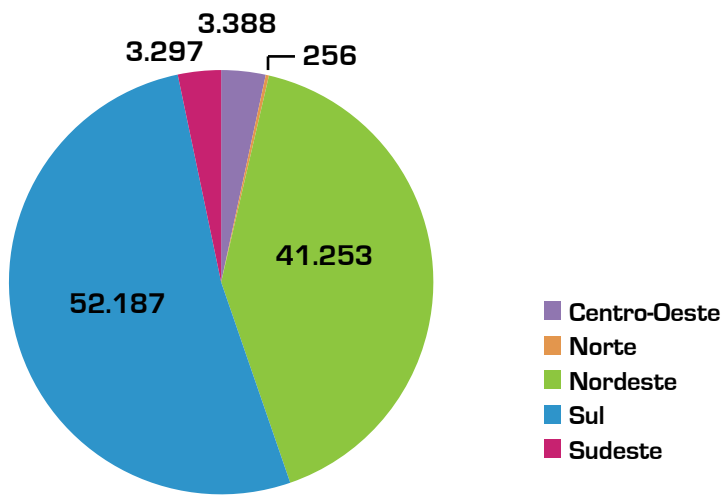
te o comprometimento do Governo, que disponibilizará cerca de R$ 60 milhões para estudos relacionados a essa cultura nos próximos cinco anos.

Para a Agropalma, o mercado de biodiesel ainda é avaliado como marginal. É provável que as empresas de biodiesel entrantes nesse setor enfrentem também muitas dificuldades, já que, na prática, o custo de implantação de projetos com agricultores familiares é mais elevado em áreas carentes, de difícil acesso e, sobretudo, em regiões nas quais não há tradição em cooperativismo e produção em larga escala – caso das principais regiões que cultivam o dendê.

Deve-se sublinhar também que esses projetos de inclusão produtiva de agricultores familiares são, na maioria das vezes, desenvolvidos em comunidades com fortes demandas sociais. No caso da Agropalma, a empresa fornece não somente mudas, orientação técnica, suporte ao financiamento, inspeções sanitárias e garantia de compra de toda a produção agrícola do pequeno agricultor, mas também oferece assistência social aos contratados (como educação, assistência médica etc.). Isso demonstra que desenvolver algum trabalho de inclusão social requer um esforço maior para uma mudança cultural nestas comunidades.

Embora o setor de biodiesel seja menos rentável, neste momento, do que o mercado de alimentos para o qual o óleo de palma é destinado em sua maior parte, convém ressaltar que desenvolver a cadeia de biodiesel também simplificaria os problemas de abastecimento de combustíveis em muitas localidades isoladas do Norte. A utilização do dendê parece ser uma possibilidade que permitiria tanto desenvolver uma cadeia baseada nesta matéria-prima, quanto proporcionar a inclusão de forma representativa de produtores familiares e ribeirinhos do Norte do País. ■

Número de famílias incluídas no PNPB por região em 2010



Fonte: Brasil (2010)

1 Professora do Departamento de Engenharia de Agronegócios da UFF/ Volta Redonda (RJ); coordenadora do Grupo de Análise de Sistemas Agroindustriais – aldaracesar@id.uff.br
2 Graduando em Engenharia de Produção do DEP/ UFSCar (apoio técnico)
3 Professor do Departamento de Engenharia de Produção da UFSCar/ São Carlos (SP); coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais – dmob@ufscar.br